
COMO AS DISTOPIAS NASCEM? LITERATURA DISTÓPICA CONTEMPORÂNEA E A POLÍTICA BRASILEIRA¹

Antonio Rediver Guizzo²
Maíra Soalheiro Grade³

Resumo: Neste artigo, propomos um breve passeio por um pequeno excerto da literatura distópica contemporânea, a partir do qual estabelecemos pontos de contato entre o contexto político atual, em que repetidamente presenciamos a assunção ao poder de candidatos de extrema direita ou extrema esquerda que, semelhantemente, legitimam diferentes formas de violência contra opositores e posicionamentos ideológicos divergentes, no que tange às crises democráticas, ao recrudescimento do capitalismo liberal e à exceção como técnica de governo, em obras como *Cadáver Exquisito* (2017) de Agustina Bazterrica, *Nación Vacuna* (2017) de Fernanda Garcia Lao, *The Handmaid's Tale* (1985) de Margaret Atwood e *Soumission* (2015) de Michel Houellebecq.

Palavras-Chave: Literatura distópica contemporânea; pós-política; democracia em crise; capitalismo liberal; estado de exceção.

Abstract: In this article, we propose a brief tour through a short excerpt from contemporary dystopian literature, from which we establish points of contact between the current political context, in which we repeatedly witness extreme right or extreme left candidates taking power, who, similarly, legitimize different forms of violence against opponents and divergent ideological positions, with regard to democratic crises, the upsurge of liberal capitalism and the exception as a government technique, in books such as *Cadáver Exquisito* (2017) by Agustina Bazterrica, *Nación Vacuna* (2017) by Fernanda Garcia Lao, *The Handmaid's Tale* (1985) by Margaret Atwood and *Soumission* (2015) by Michel Houellebecq.

Key Words: Contemporary dystopian literature; post-politics; democracy is in crisis; state of exception.

Zeitgeist – O espírito do nosso tempo

1 Este artigo é resultado do projeto de pesquisa “Imaginários da Violência na Literatura Latino-Americana – literaturas do fim do mundo”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) através de Bolsa de Produtividade em Pesquisa – PQ-2.

2 Professor do Programa de Pós-Graduação em Literatura Comparada (PPGLC) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Bolsista de Produtividade em Pesquisa – PQ-2. E-mail: antonio.guizzo@unila.edu.br.

3 Graduada em Direito pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Pós-Graduada Lato Sensu em Ciências Penais pela Universidade Anhanguera-Uniderp e Mestra em Políticas Públicas e Desenvolvimento pela UNILA - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. E-mail: maasoalheiro@hotmail.com. Atualmente é analista judiciária junto ao Tribunal de Justiça do Paraná e Presidente do Conselho Municipal de Enfrentamento às Violências do Município de Santa Helena/PR.

No século XIX, ao constituir-se como disciplina, a sociologia toma emprestado termos do campo lexical das ciências médicas para explicar os fenômenos sociais. Palavras como órgão, organismo, membro, corpo, sistema, remédio evidenciam uma estreita relação semântica entre corpo humano e sociedade. De lá para cá, a batalha política central é estabelecida em torno da disputa simbólica pela definição do que é patológico em uma sociedade e, conseqüentemente, qual seria o estado de normalidade.

Dos clássicos *Admirável mundo novo* (1932) de Aldous Huxley e *1984* (1949) de George Orwell aos contemporâneos *Cadáver Exquisito* (2017) de Agustina Bazterrica, vencedor do prêmio Clarín em 2017, *Nación Vacuna* de Fernanda Garcia Lao (2017), *The Handmaid's Tale* (1985) de Margaret Atwood (adaptada para a televisão pelo canal de streaming *hulu* em 2017), e *Soumission* (2015) de Michel Houellebecq, vencedor do prêmio Goncourt em 2015, a literatura distópica busca representar, em diferentes contextos ficcionais, as conseqüências nefastas de regimes governamentais totalitários. O que estas obras têm em comum? Governos que atuam em nome da luta contra uma patologia social maior.

O controle da linguagem e, sobretudo, dos corpos; o ordenamento jurídico sob permanente estado de exceção; a ausência de limites do poder soberano; a violência institucional autorizada; a violência simbólica como programa de persuasão das massas contra os opositores; a exclusão de grupos sociais (os *homines sacri*); a influência decisiva de crenças religiosas e/ou ideológicas nas ações governamentais; a promoção do medo do outro (ou das diferenças em *lato sensu*) como fator de coesão social são algumas características comuns aos universos representados nestas obras.

No entanto, tais características não se restringem aos universos ficcionais, e a literatura distópica contemporânea parece representar um “espírito do tempo” que rapidamente se dispersa pelos regimes democráticos ocidentais. Em outras palavras, o cenário político atual assiste à assunção ao poder de candidatos de extrema direita ou extrema esquerda que, semelhantemente, legitimam diferentes formas de violência contra opositores e posicionamentos ideológicos divergentes e pretendem normatizar a quase ou totalidade das dimensões sociais. Governos para os quais, conforme destaca Giorgio Agamben (2004, p. 13), “o estado de exceção tende cada vez mais a se apresentar como o paradigma de governo dominante”, paradigma para o qual é necessária a “criação” discursiva de um estado de emergência permanente, contra o qual medidas antidemocráticas, provisórias e excepcionais tornam-se um técnica cotidiana de governo.

Conservadores ou revolucionários, em busca de um passado idealizado ou de um futuro libertador, a ruptura (particípio passado do verbo latino *rumpere* - quebrar, partir, romper) com o presente parece ser a solução mágica a todos os problemas e, em conseqüência, a violência promovida pelo Estado tenta impor-se como necessária à urgente recuperação de um mundo ideal perdido no passado - *MAKE America great again*, slogan da campanha de Donald Trump - ou à transformação radical de um presente de opressão rumo a um futuro promissor - *Patria socialismo o muerte*, slogan de Hugo Chavez que virou lema militar obrigatório em todos os atos de serviço das Forças Armadas venezuelanas.

Neste artigo, propomos um breve passeio por obras distópicas e, a partir delas, tecemos uma leitura de eventos políticos da atualidade, sobretudo brasileiros. É possível evidenciar, no texto, a ausência de critérios específicos no recorte do objeto; entretanto, tal abertura

propõe uma “visada compreensiva” das vibrações de um corpo social (Maffesoli, 2010) sem a pretensão de estabelecer um sistema de explicação orientado em causas e consequências. A pergunta do título não será respondida, permanecerá como provocação a outras leituras e a outras relações que possam ser estabelecidas pela perspectiva de diferentes leitores.

LITERATURA DISTÓPICA E POLÍTICA CONTEMPORÂNEA: FRONTEIRAS IMPRECISAS

A violência do Estado, mascarada sob diferentes justificativas e caracterizada pela urgência, é representada em diferentes nuances na literatura distópica contemporânea. Em *Cadáver Exquisito* (2017) da escritora argentina Agustina Bazterrica, um vírus letal infecta todos os animais do planeta, que são sacrificados para evitar a extinção da humanidade. O governo, pressionado pela milionária indústria da proteína animal, legaliza o consumo de carne humana e a criação para abate. Estudos científicos surgem para justificar a medida governamental ao apontar a imprescindibilidade do consumo de proteína animal para a subsistência humana. O nome dado ao processo de reorganização social em torno do novo hábito alimentar é denominado “*Transición*”, a carne humana passa a ser chamada pelo termo eufemizado “*carne especial*”. Enquanto isso, os protestos contrários à medida, as suspeitas de que a ação governamental apenas visava à extinção dos pobres e imigrantes e as teorias de que o vírus é uma farsa são silenciados.

Um suposto estado urgente de necessidade, a pressão do capital econômico, a repressão dos opositores e a invisibilização da violência estatal por meio de ressignificações linguísticas e da ratificação das medidas através do discurso científico são alguns dos elementos do romance que problematizam este imaginário de transformação, no qual a violência torna-se passo necessário para a cura dos males sociais.

A violência como uma fase do processo que nos levaria a um ideal utópico de sociedade também caracterizou o pensamento político e filosófico que antecedeu as duas grandes guerras, sobretudo na filosofia de dois dos maiores pensadores da época.

Tanto para Hegel como para Marx, tudo se passa como se só através da violência pudéssemos mudar e só através da mudança pudéssemos obedecer a um destino teleológico que nos carregaria até o futuro no qual - finalmente - a violência cessaria, pois, sendo esse um futuro ideal utópico perfeito, nada mais precisaria ser mudado nele. Hegel o chama de Estado de Liberdade, e Marx, de sociedade sem classes. (Duarte, 2015, p. 69)

Obviamente, assumida a violência como parte de um movimento de transformação, surge a necessidade da construção discursiva de um grau zero a partir do qual a violência deve ser percebida socialmente ou, quando excessivamente visível, uma linha a partir da qual a violência caracteriza-se como legítima ou ilegítima. Como observa Slavoj Žižek (2014), a violência visível e ilegítima deve ser experimentada como uma perturbação, uma patologia do estado normal e pacífico da sociedade pelos indivíduos; enquanto a violência simbólica (promovida pelas ideologias dominantes) e violência institucional (promovida

pelos sistemas econômicos, políticos e jurídicos) devem constituir a percepção do “estado normal” das coisas. Esta também é a finalidade observada por David Lapoujade nos discursos oficiais que ocultam ou legitimam a violência.

[...] fazer desaparecer a violência, requalificar a violência como justiça. Não há mais violência, há somente ações de justiça e operações policiais (a serviço da justiça). Em outras palavras, a violência nunca está do lado da violência legítima, mas sempre do outro lado - revolta, insubmissão, insubordinação, protesto -, razão pela qual, aliás, se deve exercer a justiça legitimamente [...] Essa é a lógica do Estado ou dos aparelhos de poder: não somos violentos, a violência vem sempre de fora (2015, p. 80).

Assim, autorizam-se as técnicas excepcionais de governo, e a violência, quando ostensiva a ponto de não se deixar dissimular, legitima-se eficazmente por meio da ideia de “sacrifício em favor de”.

Esta é a ideia central de *Nación Vacuna* (2017) da escritora argentina Fernanda García Lao. O romance narra a história de uma Argentina que, após a derrota na guerra em “las M”⁴, opta por contar à população que saiu vencedora do conflito. Frente à ausência dos heróis da guerra vencida, inventa-se a história de que o exército inimigo, após a derrota e enquanto os combatentes argentinos comemoravam, envenenou as águas da ilha, matando a muitos dos heróis e deixando os outros com uma terrível doença contagiosa que limita as funções intelectuais. Parte da população contesta o abandono de seus heróis, e a Junta que governa o país desenvolve um projeto que visa encontrar mulheres saudáveis e aptas para, depois de vacinadas contra o contágio da doença, serem enviadas à ilha com a finalidade de engravidar dos combatentes, que sobreviveram em estado de demência, e trazer ao continente filhos desses heróis da guerra e, assim, confirmar a grandeza da pátria. Deste modo, em uma história em que o futuro do país exige a manutenção de uma narrativa fantasiosa e os corpos das mulheres são transformados em instrumento de redenção social, quatro voluntárias são supostamente enviadas a *las M*. Caso não sobrevivam, serão elevadas à categoria de “*Ciudadana Ilustre*” por Decreto.

A mistura de exploração sexual e patriotismo em *Nación Vacuna* ilustra ironicamente os custos de um regime totalitário de governo em que a ideia de “sacrifício em favor de” torna-se elemento indispensável da coesão social. Mortes misteriosas, mecanismos disciplinares de controle dos comportamentos, vigilância das manifestações contrárias à ideologia estatal e a presença constante de uma suposta ameaça externa são, entre outros, os instrumentos necessários à preservação do imaginário de uma gloriosa e promissora nação. Imaginário que, por contradizer a realidade, tem como custo um complexo e violento mecanismo de controle que tem como ponto central a ideia do sacrifício em favor de um bem maior, responsável pela manutenção de uma delirante coesão social incapaz de perceber os excessos governamentais.

4 Las M é provavelmente alusão à Guerra das Ilhas Malvinas; embora esta não seja nomeada em momento algum do romance.

No universo ficcional de *The Handmaid's Tale* (1985) de Margaret Atwood, ocorre um desastre climático que contamina com radiação o meio ambiente e, entre outras consequências, acaba por esterilizar a maioria das mulheres. Concomitantemente, por meio de guerra civil conflagrada no território americano, fundamentalistas religiosos assumem o poder e transformam os Estados Unidos da América na *República de Gilead*. Semelhantemente ao que acontece em *Nación Vacuna*, os corpos das mulheres se tornam propriedades de um Estado autoritário e marcado pela influência da religião, e as mulheres que ainda podem gerar filhos passam a viver como aias nas casas de integrantes do alto escalão do Exército, sendo obrigadas a manter relações sexuais com os *Comandantes*, a fim de cumprirem a função de gerar filhos para as famílias que detêm o poder político, econômico e religioso da nação. O destino das mulheres não pertencentes à elite e que não são capazes de engravidar (assim como das feministas e homossexuais) é ainda mais impiedoso – denominadas *Não mulheres*, são condenadas a trabalhar em lugares chamados de *colônias*, nos quais os níveis de radiação são altíssimos, causando a morte em um período curtíssimo de tempo.

É interessante notar que Offred, a protagonista, relata que a passagem de uma sociedade democrática para o estado de exceção retratado no romance não foi decorrente de uma ruptura instantânea. No período que antecedeu a criação da teocracia totalitária de *Gilead*, havia relatos na mídia a respeito de homens e mulheres encontrados mortos e torturados em circunstâncias não esclarecidas, mas como tais fatos não ocorriam com pessoas próximas à personagem, acabavam por ser ignorados e não eram interpretados como sinais de que um golpe à democracia estava prestes a acontecer. Ou seja, atos de extrema violência eram percebidos pela população como eventos reprováveis, porém isolados, não pertencentes a um movimento ideológico que em breve tomaria o poder no país.

Mas qual a relação entre essas três narrativas, além de pertencerem a um gênero distópico e serem escritas por mulheres? E o que tal relação ou coincidência teria a ver com a política contemporânea, sobretudo a brasileira? Em nossa leitura, trata-se da relação entre sacrifício e ordem social.

A ideia de “sacrifício em favor de”, obviamente, causa incidentes indesejáveis mesmo na percepção daqueles que são favoráveis aos regimes totalitários de governo; entretanto, tais incidentes, na lógica do bem maior, tornam-se desculpáveis, visto que são percebidos como danos colaterais admissíveis no tratamento (ou prevenção) de “patologias sociais” de maior gravidade. Sob esta lógica, o governante transforma-se em soberano, localizado em um limiar que, conforme demonstra Agamben (2002), não é fonte externa nem supressor do ordenamento jurídico, mas uma espécie de estrutura originária na qual o direito volta-se sobre a vida e a inclui no ordenamento através da suspensão do valor em si. Este é o movimento observado nos romances acima citados, a soberania que se transforma em “o ponto de indiferença entre violência e direito, o limiar em que a violência transpassa em direito e o direito em violência” (*ivi*, p. 38).

Retornando às formas contemporâneas de atuação governamental, Yascha Mounk, em *O povo contra a democracia* (2019), destaca como fenômeno da atualidade o gradual surgimento de democracias iliberais, regimes nos quais a maioria da população, por via de eleições democráticas, opta por subordinar as instituições independentes (tribunais superiores, Congresso Nacional etc.) às vontades de um governante visto como líder salvacionista, o

único capaz de trazer a harmonia social. Esta mesma maioria, conforme Yascha, também está cada vez menos disposta a tolerar os direitos de minorias étnicas e religiosas, compreendendo a restrição destes direitos como necessária à preservação de valores considerados essenciais para a coesão social.

Nesse sentido, Yascha Mounk caracteriza as democracias liberais como uma forma política que se fundamenta em três pontos igualmente problemáticos: a propagação, por parte dos líderes políticos, da crença na existência de uma solução rápida e fácil para os problemas sociais (quase sempre equivocada) que vai de encontro aos desejos da maioria, a defesa da supremacia irrestrita da vontade popular, mesmo quando contrária a concessões aos direitos ou interesses das minorias, e a tentativa de subordinar as instituições democráticas independentes ao arbítrio do executivo sob a justificativa do governante eleito representar a vontade do povo.

A atuação política orientada pela ideia de “sacrifício em favor de” favorece o desenvolvimento de um ambiente em que a tolerância a incidentes colaterais legitima a violência institucional, fato observado em acontecimentos como o de 06 de abril de 2019, em que integrantes do Exército Brasileiro, em uma operação realizada na cidade do Rio de Janeiro/RJ, dispararam 257 tiros em via pública contra um carro em que estava uma família e, posteriormente, alegaram ter confundido o carro com o de assaltantes. O motorista, um músico negro de 51 anos chamado Evaldo dos Santos Rosa, morreu durante a ação (Soares, 2019). O presidente Jair Bolsonaro, em declaração oficial sobre o acontecimento, afirmou que “O Exército não matou ninguém, não. O Exército é do povo e não pode acusar o povo de ser assassino, não. Houve um incidente, uma morte” e informou que seria investigada de quem foi a responsabilidade pelo acontecimento. Em outras palavras, a solução proposta para o caso foi a busca por uma responsabilização individual e o silenciamento quanto à forma de atuação do Estado no combate à criminalidade, opção que evidencia as entrelinhas do discurso de legitimação da violência estatal - nós (Estado) não somos violentos, a violência vem de fora; ou, na construção discursiva utilizada pelo presidente que apela a uma identificação gregária, nós, o povo (que somos o Estado), não somos violentos, “eles” são. Esse mecanismo ideológico de negação da violência, como o nomeia Marilena Chauí (2017), promove a circunscrição da violência ao campo da delinquência e da criminalidade e permite, de um lado, determinar quem são os agentes violentos (de modo geral, ladrões e assassinos pertencentes às classes populares) e, de outro, legitimar a violência policial contra a população pobre, os sem-terra, os negros, os indígenas, os moradores de rua, os favelados, os grevistas, os opositores políticos etc. (*ivi*, 2017, p. 40). Sob tal mecanismo, o excesso, mesmo quando demasiadamente visível, não coloca em questão a violência estrutural das forças policiais.

Ao lado da ideia de “sacrifício em favor de”, das narrativas distópicas ao contexto político jurídico brasileiro, poderíamos afirmar que também presenciamos uma política que renuncia ao elemento originário do político e elege o medo como princípio mobilizador, uma pós-política que se assenta na união assustadora de pessoas aterrorizadas, na intimidante tirania da maioria. Já não se trata mais, como na Grécia Antiga, da identificação da política com uma espécie de discurso racional no qual a linguagem é o campo da não-violência e da persuasão. Ao contrário, vivenciamos uma pós-política na qual a ideia de persuasão já não se vincula à expressão da verdade, mas à prática performática do convencimento.

Os combates ideológicos e as utopias de outrora, que pretendiam a compreensão científica do social e a proposição racional de outras realidades, perderam o lugar central no discurso político. A política, como observou Slavoj Žižek (2014), havia se tornado a administração especializada, objetiva, despolitizada e desinteressada da *Pólis*, e neste campo supostamente afastado das paixões, o afeto que melhor conseguiu se desenvolver foi o medo (e o seu correlato imediato: a raiva) – sentimento que participou ativamente da constituição tanto da subjetividade contemporânea quanto do rumo de inúmeras políticas públicas atuais nos quais são facilmente identificados o medo dos imigrantes, o medo do desemprego, o medo da criminalidade, o medo da “depravação” sexual, o medo do assédio, o medo da catástrofe ecológica, o medo das ameaças nucleares, etc.

Neste contexto, em que a política passa a ser campo do medo, os anseios despolitizados das massas dispersaram-se e tenderam a ser arregimentados por candidatos com tendências autoritárias, que assumiram o papel de animadores de um ódio desordenado, o papel do bem-compreensível vociferante da vizinhança (SLOTERDIJK, 2016). E investindo nessas paranoias, estes líderes horizontais, capazes de se transformarem em um denominador comum dos medos e dos anseios da grande massa das pessoas comuns, transformaram a política em um assunto simples. Como observa Mounk (2019), Donald Trump nos Estados Unidos, Nigel Farage na Grã-Bretanha, Fraude Petry na Alemanha e Marine Le Pen na França (e podemos incluir Jair Bolsonaro no Brasil) afirmam que as soluções para os problemas mais prementes de nosso tempo são bem mais simples do que o *establishment* político quer nos fazer crer e que a grande massa instintivamente saberia o que fazer.

Ou seja, encontramos-nos no mundo da pós-verdade⁵, um tempo em que os discursos políticos se caracterizam pelo apelo emocional, pouco importando a veracidade de seu conteúdo. Aos fatos se concede pouca ou nenhuma importância, e a pós-verdade constitui elemento central na configuração das relações sociais e na escolha daqueles que serão responsáveis por gerir a esfera pública. Christian Dunker, ao tratar sobre o nascimento da pós-verdade, afirma que sua principal característica é que requer “uma recusa do outro ou ao menos uma cultura da indiferença que, quando se vê ameaçada, reage com ódio ou violência”. (DUNKER, 2018, p. 28). Para a opinião pública, o que realmente importa é o apelo subjetivo do discurso e sua conformação com as convicções pessoais dos ouvintes. Dessa forma, precisamente neste ponto em que os medos, os ódios e a satisfação das convicções pessoais confluem, a pós-verdade adentra indissolúvelmente no populismo contemporâneo.

Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, ao analisar o enfraquecimento das democracias ao redor do mundo na atualidade em *Como as democracias morrem* (2018), observam que, na era moderna, as democracias morrem lentamente nas mãos de líderes autoritários que não chegam mais ao poder através de um conflito armado, mas por meio de eleições legítimas e utilizam a lei para expandirem a própria autoridade e se perpetuar no poder.

Neste cenário, para Levitsky e Ziblatt, a melhor maneira de proteger a democracia na atualidade é evitar que candidatos com tendências autoritárias sejam eleitos. Para isso, os autores elencam quatro tipos de comportamento que ajudariam a reconhecer tendências autoritárias em aspirantes a cargos políticos: 1) rejeitam, em palavras ou ações, as regras

5 Aqui incluímos também a noção de *fake news*, visto não ser necessária a distinção ao argumento estabelecido, já que o foco comum é o apelo subjetivo/afetivo e não a questão da veracidade.

democráticas do jogo; 2) negam a legitimidade de oponentes; 3) toleram e encorajam a violência; e 4) dão indicações de disposição para restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia. (LEVITSKY, ZIBLATT, 2018).

Durante o processo eleitoral do ano de 2018, Jair Messias Bolsonaro, atual presidente do Brasil, demonstrou todas as tendências listadas, conforme afirmou Levitsky em uma palestra realizada pela *Fundação Fernando Henrique Cardoso*. No que se refere à rejeição das regras democráticas do jogo, tal comportamento se evidenciou ao longo de toda a sua vida política, vez que, tanto durante seus mandatos como deputado quanto em seus discursos como candidato à Presidência, sempre exaltou a ditadura e afirmou que não houve golpe militar no ano de 1964.

Quanto à negação de legitimidade de oponentes, o atual Presidente, durante a campanha eleitoral, deixou claro que possuía a intenção de tipificar como terroristas os atos de movimentos sociais como o MST (*Movimento dos Trabalhadores Sem Terra*). Além disso, em um programa de televisão, afirmou que Fernando Henrique Cardoso (ex-presidente do Brasil) deveria ter sido morto pelo regime militar.

Em relação à tolerância e encorajamento à violência, é a tendência mais facilmente percebida no comportamento de Jair Messias Bolsonaro. Sobram exemplos de declarações que demonstram o apreço por armas de fogo, o incentivo à execução de “bandidos”, a defesa do uso da tortura etc.

Por fim, no que diz respeito às indicações de disposição para restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia, o Presidente utilizou sua conta no “Twitter” por diversas vezes para deslegitimar diversos meios de comunicação. Em uma dessas ocasiões, divulgou uma informação falsa a respeito de uma jornalista, fato que mereceu o repúdio de entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), que divulgaram notas afirmando que se tratava de uma clara tentativa de uso de sua posição de poder para intimidar a mídia.

Aqui, outra relação possível com a literatura distópica contemporânea pode ser estabelecida através da obra *Soumission* (2015) de Michel Houellebecq que, em certa perspectiva, dialoga com um dos pontos centrais das obras de Yascha Mounk, Steven Levitsky e Daniel Ziblatt: a lenta destruição da democracia a partir de seu próprio funcionamento interno (tal mecanismo também é evidenciado por diversos pesquisadores no governo de Jair Bolsonaro, como pode ser observado, por exemplo, na obra *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil de hoje* [2019]).

Na história de Houellebecq, o narrador em primeira pessoa, François, um conformista e enfadonho professor de literatura, acompanha a destruição da democracia na França por meio da assunção ao poder de Mohammed Ben Abbes, carismático candidato da Fraternidade Muçulmana que, depois de eleito, inicia uma série de mudanças sociais que lentamente consomem uma radical islamização da França. A despolitização das massas, o fim das ideologias, a decadência dos representantes da política do país, a criminalidade crescente, a falta de credibilidade nos meios tradicionais de informação e a indiferença e encastelamento da elite intelectual universitária são ingredientes da construção distópica da narrativa que permitem a instalação do regime totalitário de poder. Entretanto, dois outros pontos surpreendentes são a naturalidade com que o cenário distópico se instala e o cinismo com

que aqueles que compreendem o movimento político aceitam-no na medida em que são beneficiados.

Em *Soumission*, guerras, desastres ecológicos, vírus letais ou outras calamidades de grande proporção são totalmente desnecessárias, a distopia é o caminho natural da decadência da política ocidental. A Europa que já não tem condição de salvar a si mesma, o fim da democracia ocidental é inevitável, o que resta é a submissão.

Como observa Peter Sloterdijk (2012), quanto mais uma sociedade moderna se vê sem alternativa, mais sua elite se torna cínica, mais os representantes do poder ironizam suas próprias legitimações, e os valores fundamentais sob os quais se constitui a sociedade transformam-se imperceptivelmente em subterfúgios. Em outras palavras, os dominantes assumem com cinismo hipócrita as incongruências das próprias ideologias e ações. *C'est la vie*, é preciso ter ordem, diria François, o protagonista de *Soumission*, enquanto recolhe as benesses que o regime lhe oferece.

No governo de Jair Bolsonaro, a lenta destruição da democracia e o cinismo podem ser vistos, conforme Conrado Hübner Mendes (2019), através da dupla “pânico e circo”. Enquanto a instilação lenta e ininterrupta do pânico (através da pretensa ameaça à segurança física e patrimonial, à orientação sexual ou ao *status* social que todos estaríamos à mercê) visa justificar uma autoridade para o líder que se sobrepõe às instituições e à autonomia dos poderes (elementos que garantem o regime democrático); o circo é o espaço de alheamento alimentado pelas *fake news*, cinicamente construído para veicular descrições falsas ou adulteradas e ser blindado contra o contraditório.

QUO VADIS, MUNDO CONTEMPORÂNEO?

Se é verdade que a proliferação crescente de narrativas distópicas reflete um espírito do tempo que gradualmente se instala nos cenários políticos das sociedades contemporâneas, como evitar a gradativa corrosão das democracias e progresso do totalitarismo?

A primeira resposta sempre é a melhoria da qualidade de vida dos seres humanos e de suas interações com o meio ambiente, sobretudo no que tange à melhoria de uma formação cultural, artística, política, histórica e científica que permita aos cidadãos uma melhor compreensão e administração da vida cotidiana e do futuro da *pólis*. Como consequência, assistiríamos ao fortalecimento da democracia liberal por meio do exercício de uma cidadania livre e responsável, na qual todos seriam capazes de tomar decisões com bases nos próprios conhecimentos, afastados das ameaças populistas e do recrutamento das massas pela via simplista dos afetos. Em síntese, investir em educação e no estado de bem-estar social.

Hoje, entretanto, surpreende-nos o uso de instrumentos que acreditávamos ser uma via para o esclarecimento necessário ao exercício democrático. Há alguns anos, era quase unânime a crença de que as novas tecnologias de comunicação social advindas do surgimento da internet seriam a ferramenta definitiva para o exercício dessa almejada cidadania livre e responsável, sobretudo pela real possibilidade que se vislumbrava de engajamento político dos cidadãos na governança pública. O acesso aberto, livre e horizontal das informações seria capaz de denunciar a fratura entre a realidade e os discursos políticos, jurídi-

cos e jornalísticos que intencionavam à dissimulação das desigualdades sociais e econômicas e à manutenção das relações assimétricas do poder e, conseqüentemente, o dispositivo imbatível para o aprimoramento da democracia. A sociedade civil, por fim, exerceria o protagonismo do poder que lhe é atribuído na idealização democrática e afastaria definitivamente do cenário político governos autoritários e/ou corruptos.

Entretanto, a realidade seguiu em direção oposta, e as mídias sociais tornaram-se um novo entrave à democracia. Como observa Christian Dunker (2017), em tempos de redes sociais, a verdade oscila de acordo com o objetivo político do detentor do discurso, e tais intenções parecem estar calcadas exclusivamente sobre a cultura de ódio e a recusa do outro. Instala-se assim o regime da pós-verdade, o conhecimento verdadeiro nada mais é do que aquele aceito como tal pela opinião pública, e o cinismo daqueles que compreendem a total inconsistência dessa perigosa forma de compreender a soberania popular torna-se o “discurso básico do espaço público e da vida laboral” (Dunker, 2017, p. 17).

Vivemos em uma sociedade onde milhões de pessoas compartilham criações fantasmagóricas de seus ódios, que se reproduzem e se proliferam a despeito de qualquer indício de realidade. E mesmo quando confrontados cabalmente com o real, haverá discursos ilógicos que facilmente serão assumidos como justificativas para negar a verdade factual.

E esses milhões de pessoas que representam o povo nas democracias liberais, como bem observa Yascha Mounk (2019, p. 29), estão cada vez mais iliberais, cada vez mais impacientes com o funcionamento das instituições independentes e cada vez menos dispostos a tolerar os direitos de minorias étnicas e religiosas. Ao mesmo tempo, como observa Sloterdijk (2016), o culto à personalidade orientado por uma idealização horizontal parece voltar a configurar as opções eleitorais da maioria. Não os “mais preparados”, mas aquele que “é como a gente” são os governantes atualmente eleitos. O líder das multidões é aquele que representa a síntese de todos esses medos e ódios e sabe eufemizar as faces do pavor e da ira por trás de uma vulgaridade cômica.

Yascha Mounk (2019, p. 33) destaca que “o nobre experimento da democracia multi-étnica só pode dar certo se todos os seus participantes começarem a pôr maior ênfase antes no que os une do que no que os divide”. A literatura distópica contemporânea, por sua vez, parece nos dizer que as únicas e possíveis conexões são o medo, a raiva, a mediocridade comunicativa dos líderes escolhidos pelas massas e a submissão autocomplacente e interessada de um grupo de intelectuais dispostos a servir como uma base pseudo-teórica para os mais gritantes disparates. As elites, dominadas pela pulsão autodestrutiva do capitalismo, assumem o controle do sistema político e, em troca de lucros cada vez mais imediatos e visivelmente não duradouros, acabam por expropriar lenta e continuamente os direitos que constituem o bem estar social e econômico da população.

Como dissipar tais paradoxos? O que fazer se o totalitarismo, como apontam tantas narrativas distópicas, for a consequência inevitável da expansão do capitalismo globalizado e a democracia liberal não for a última forma possível de governo, mas sim, a última e ineficaz tentativa de demover o capitalismo de sua estrutura autodestrutiva? O que fazer quando o espírito das massas pressente (sem compreender) essa potencial destruição e somente consegue responder pela via do medo e do ódio? Alguns felizardos terão a chance de fugir da República de Gilead e refugiar-se no Canadá, ou buscar asilo nos países nórdicos que

representam certo ideal do bem-estar social e da preservação da democracia (ideia presente no senso comum, mas que encontra conflitos com a realidade, sobretudo com a também ascensão de governos extremistas em alguns desses países). Seríamos, de fato, uma “sociedade ingovernável”, como afirma Grégoire Chamayou (2018), na qual o neoliberalismo já não se move por uma fobia ao Estado, mas a ele se alia, fazendo do autoritarismo político um meio para os fins do capital? Conforme Conrado Hübner Mendes, “A agonia antipolítica corrói a democracia em várias partes do mundo, e não faltam causas para esse estado de espírito. Bolsonaro veio para encarná-lo com virulência” (*ivi*, p. 185)

REFERÊNCIAS

- Agamben, Giorgio (2002). *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua*. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Agamben, Giorgio (2004). *Estado de Exceção*. Trad. Iraci D. Poleti. 2. ed. São Paulo: Boitempo.
- Atwood, Margaret Eleanor (2017). *O conto da aia*. Trad. Ana Deiró. Rio de Janeiro: Rocco.
- Bazterrica, Agustina (2018). *Cadáver Exquisito*. Buenos Aires: Arte Gráfico Editorial Argentino.
- Chamayou, Grégoire. *Société ingouvernable: Une généalogie du libéralisme autoritaire*. Paris: Fabrique (La), 2018.
- Chauí, Marilena (2017). *Sobre a violência*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Duarte, Pedro (2015). Violência na mudança e mudança na violência. P. 59-78. In *Mutações: fontes passionais da violência*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo.
- Dunker, Christian. et. all. (2017). *Ética e pós-verdade*. Porto Alegre: Dublinense.
- Houellebecq, Michel (2015). *Submissão*. Trad. Rosa Freire d’Aguiar. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Huxley, Aldous (1982). *Admirável Mundo Novo*. São Paulo: Abril Cultural.
- Lao, Fernanda Garcia (2017). *Nación Vacuna*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Emecé.
- Lapoujade, David (2015). Fundar a violência: uma mitologia? P. 79-94. In *Mutações: fontes passionais da violência*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo.
- Levitsky, Steven; Ziblatt, Daniel (2018). *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Maffesoli, Michel. *O conhecimento comum: introdução à sociologia compreensiva*. Trad. Aluizio

Ramos Trinta. Porto Alegre: Sulina, 2010.

Mendes, Conrado Hübner et all. *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Mouk, Yascha (2019). *O povo contra a democracia: Por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. Trad. Cássio de Arantes Leite, Débora Landsberg. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras.

Orwell, George (2009). *1984*. São Paulo: Companhia das Letras.

Portal da Folha de São Paulo. *Slogan “PÁTRIA, SOCIALISMO OU MORTE” vira lema militar obrigatório* (2007). Matéria publicada em 10 mai. 2007. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1005200702.htm>. Acesso em 13 jun. 2021.

Portal G1 – Globo.com. *‘O Exército não matou ninguém; o Exército é do povo’, diz Bolsonaro sobre morte a tiros de músico no Rio* (2019). Matéria publicada em 12 abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2019/04/12/o-exercito-nao-matou-ninguem-o-exercito-e-do-povo-diz-bolsonaro-sobre-morte-a-tiros-de-musico-no-rio.ghtml>. Acesso em 24 mai. 2021.

Sloterdijk, Peter (2016). *O desprezo das massas*. Trad. Claudia Cavalcanti. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade.

Soares, Rafael (2019). *Os 257 tiros contra o carro de Evaldo dos Santos Rosa*. Matéria publicada em 23 mai. 2019. Disponível em: <https://epoca.globo.com/os-257-tiros-contracarro-de-evaldo-dos-santos-rosa-23687091>. Acesso em 02 jul. 2021.

Žižek, Slavoj (2014). *Violência*. São Paulo: Boitempo.